

Erosão dos princípios e risco de regressão



» SERGIO E. MOREIRA LIMA
Presidente do Conselho da
Sociedade Brasileira de Direito
Internacional, embaixador,
advogado

A ordem internacional do pós-guerra foi mais do que um arranjo de poder. Representou opção civilizatória ao submeter o uso da força a limites normativos. A criação da ONU, em 1945, e os princípios consagrados em sua Carta refletiram mudança inevitável de paradigma moral diante do trauma da guerra. Essa ordem ganhou legitimidade com a descolonização e a autodeterminação dos povos. Esses dois pilares do multilateralismo, concebidos como antídotos ao arbítrio e à hierarquia de poder, universalizaram a igualdade soberana dos Estados. A *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (1948) complementou essa visão ecumênica e humanista e conferiu sentido mais amplo ao conceito de segurança coletiva. Não se tratava apenas de organizar o sistema internacional, mas de torná-lo mais equilibrado e justo.

A justiça fortalece a crença numa realidade fundada em princípios e valores comuns. Ela é essencial para prevenir a erosão da confiança. Mas encontra-se sob pressão, especialmente por parte de membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, aos quais foi conferida pela comunidade internacional a responsabilidade maior de manter a paz e a segurança entre as nações. Para que o propósito do direito e da justiça seja alcançável, é necessário observar a norma por todos subscrita. A intimidação e tomada de

territórios são comportamentos inaceitáveis. A invasão da Ucrânia pela Rússia representou inflexão que desconstrói a ordem internacional. É preciso fazer prevalecer a solução pacífica das controvérsias, a partir do diálogo, cooperação e boa vizinhança — enfim, do respeito aos princípios formadores do direito internacional. Essa mudança de atitude pressupõe também união de esforços em prol de objetivos comuns associados ao progresso econômico e social dos povos, nos termos da Carta da ONU. Esse documento histórico, um dos mais importantes do século 20, trouxe esperança a um mundo dilacerado pela política de poder.

Passados mais de 80 anos, na era digital e da inteligência artificial, preocupa o risco de que a prevalência de juízos estratégicos leve à repetição dos mesmos erros do passado. A ampliação da capacidade bélica não deve ser o objetivo maior dos Estados. Há algo moralmente errado nessa escolha. Ainda que não estejamos assistindo à falência dos princípios, mas, sim, à sua aplicação ambígua e seletiva, percebe-se o risco sistêmico e o questionamento da capacidade das lideranças políticas e sua visão da governança global diante dos desafios existenciais. O problema não é a norma, mas o seu descumprimento e a dúvida que isso provoca. O Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares é emblemático. Em vigor desde 1970, perde credibilidade quando o desarmamento previsto em seu Artigo VI não avança e o uso da força escapa aos parâmetros do direito internacional. A mensagem implícita é perigosa: regras valem para uns, não para outros. Diante disso, não há espaço para ambiguidade. A saída não está em reinterpretar princípios para acomodar o poder, mas, sim, em reafirmá-los como limites inegociáveis.

Nesse cenário, um Sul Global, desarmado e ameaçado, assume paradoxalmente papel de relevo na defesa da lógica da paz e do desenvolvimento, em meio aos esforços de superação de suas próprias vulnerabilidades, entre as quais as remanescentes do colonialismo e do imperialismo. Mais do que uma categoria geográfica, ele representa a experiência histórica da luta por soberania e igualdade. Desde a Conferência de Bandung (Indonésia, 1955), esses países defendem princípios que continuam sendo o fundamento da legitimidade internacional. Hoje, podem atuar como guardiões da coerência normativa, insistindo na aplicação universal das regras. Mas isso exige consistência: não há defesa seletiva de princípios que sobreviva ao teste da realidade.

A reflexão de Antônio Cançado Trindade é particularmente clara. O direito internacional não se reduz à vontade dos Estados; ele expressa uma consciência jurídica universal fundada na dignidade humana. Compromissos, como o do desarmamento, não são aspirações políticas — são obrigações jurídicas. A erosão da confiança revela, portanto, algo mais profundo: um desalinhamento entre poder e norma. E a história é inequívoca — ordens baseadas predominantemente na força não produzem estabilidade, geram conflito.

O risco atual não está na inadequação dos princípios, mas em seu esvaziamento. A questão central não é adaptá-los, mas restaurar a confiança em sua aplicação. Isso exige decisão política fundamental: reconhecer que certos princípios — igualdade soberana, autodeterminação, não uso da força — não são negociáveis. Sem essa reafirmação, não há transição ordenada. Há regressão civilizatória e perda contínua de legitimidade.

O lixo nosso de cada dia: futuro dos resíduos não está nas chaminés



» VICTOR H. ARGENTINO
DE M. VIEIRA
Coordenador de Resíduos
Sólidos no Instituto Pólis

» RAFAEL EUDES
Assessor da área de Resíduos Sólidos no Pólis

O Plano Nacional de Resíduos Sólidos, instituído em 2022, prevê a eliminação dos lixões e o aumento da reciclagem no Brasil. No entanto, mais de 3 mil depósitos de lixo a céu aberto continuam ativos e, ao mesmo tempo em que o chorume se infiltra no solo, podendo alcançar lençóis freáticos e cursos d'água, a decomposição da matéria orgânica libera metano (CH₄) para a atmosfera, um gás de efeito estufa responsável por cerca de um terço do aquecimento global.

Dados do relatório de 2025 do Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (Sinisa) mostram que, em 2024, o país gerou mais de 88 milhões de toneladas de resíduos sólidos. Do total coletado, 26% tiveram como destino lixões a céu aberto ou aterros controlados que não impermeabilizam o solo para evitar o vazamento do chorume. Se por um lado é flagrante o risco de comprometer a água que abastece inúmeras comunidades, os satélites do Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG) também detectaram que as emissões resultantes dos resíduos respondem por cerca de 15% do metano emitido pelo Brasil.

Recentemente, a ONU homenageou 20 cidades do mundo que implementaram soluções alinhadas ao conceito de resíduo zero. A única escolhida na América Latina foi Florianópolis, pioneira ao assumir, por lei, o compromisso de alcançar lixo zero até 2030. Nada feito por meio de soluções mágicas, mas por compromissos claros com a economia circular.

Em um momento em que o Brasil tem sido palco para um intenso debate sobre tecnologias de incineração de resíduos, promovidas por meio de Usinas de Recuperação Energética (UREs), Florianópolis aponta outro caminho: o futuro está na redução da geração, na coleta seletiva, na reciclagem e na compostagem. A cidade desviou 14% dos resíduos orgânicos dos aterros; aumentou a compostagem de alimentos de 1.175 toneladas, em 2020, para 6.002 toneladas no ano passado; e cerca de 200 famílias garantem renda por meio da triagem de recicláveis. O compromisso com a economia circular se consolidou na Lei Municipal nº 10.574, que proíbe o envio de resíduos a aterros sanitários e à incineração, priorizando a reciclagem e a compostagem como destinos ambientalmente adequados.

Enquanto algumas cidades voltam a considerar, sob novas narrativas, a queima de resíduos como resposta rápida ao fechamento de lixões e à escassez de aterros, vale lembrar que a incineração carrega um histórico conhecido de impactos ambientais e à saúde. Em São Paulo, por quatro décadas, três incineradores anunciados como tecnologia de “última geração”, importados da Alemanha, operaram emitindo substâncias cancerígenas e desreguladores endócrinos sem controle ou monitoramento adequados. O legado não foi a solução da gestão de resíduos, mas impactos ambientais e sociais duradouros, frequentemente esquecidos quando o discurso da “energia a partir do lixo” retorna com verniz de modernidade.

Mesmo nos chamados “melhores padrões mundiais”, a incineração segue levantando alertas — inclusive pela própria ONU, que chama a atenção para a falta de fiscalização adequada e controle efetivo das emissões das UREs nos países em desenvolvimento. Monitoramentos conduzidos pela Zero Waste Europe e ToxicWatch indicam que países notórios pelo controle ambiental, como a França, registram emissões de poluentes orgânicos persistentes acima de níveis considerados seguros e 407 cidades receberam comunicados para evitar o consumo de ovos locais devido à contaminação por dioxinas, substâncias cancerígenas associadas à operação de incineradoras.

Dados econômicos também evidenciam que há alternativas mais vantajosas à incineração, cujo custo de implantação pode ser até oito vezes maior que o da energia solar fotovoltaica, com eficiência elétrica limitada a 20%-25%. Na Europa, a experiência revelou outro impasse: a Suécia importa resíduos para manter incineradores ativos, e a União Europeia passou a priorizar a reciclagem por meio de mudanças nas suas legislações e programas de financiamento público.

O contraste entre os caminhos é evidente: de um lado, políticas públicas que apostam em ciclos regenerativos, inclusão social e fortalecimento de economias locais — reduzir, reutilizar e reciclar —; de outro, modelos caros, poluentes e insustentáveis, que não enfrentam a raiz do problema e apenas o transformam em cinzas, gases e passivos ambientais. Florianópolis mostra que o futuro se constrói com inteligência e cuidado, e não nas chaminés do passado.



A PeNSE e os nossos filhos, vamos pensar?



» ANDRÉA JÁCOMO
Pediatra, professora
de medicina do Ceub,
coordenadora do Departamento
de Pediatria Ambulatorial da
Sociedade de Pediatria do DF

No fim de março, foram publicados os dados da 5ª edição da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) referentes ao ano de 2024, envolvendo mais de 118 mil adolescentes de cerca de 4 mil escolas públicas e privadas do nosso país. Os resultados são como um grande check-up da saúde coletiva dos jovens entre 13 e 17 anos. O levantamento apresenta um retrato complexo da realidade infantojuvenil, trazendo notícias de alívio, mas também acendendo alertas vermelhos que não podem ser ignorados, seja na rotina familiar, seja nos consultórios, seja nas emergências hospitalares.

O dado mais celebrado nessa edição é a queda consistente no consumo de substâncias que historicamente assombram as famílias: o álcool e as drogas ilícitas. Ver a redução na experimentação de bebidas alcoólicas e o recuo no uso de drogas entre estudantes é uma vitória da prevenção e da conscientização. O desenvolvimento cerebral na adolescência é marcado por processos críticos, como a mielinização e a poda sináptica, que otimizam a comunicação entre os neurônios; quanto mais adiarmos

o contato com substâncias nocivas, mais protegemos a maturação do córtex pré-frontal — responsável pelas decisões e controle de impulsos — e garantimos a integridade cognitiva e emocional desses jovens.

A pesquisa revela, entretanto, que o tabagismo mudou de face: enquanto o cigarro convencional cai em desuso, o cigarro eletrônico avançou expressivamente. Cerca de 29,6% dos estudantes já experimentaram esses dispositivos, frequentemente atraídos por aromas frutados e por uma falsa sensação de segurança ampliada pela divulgação que visa o lucro das empresas. É preciso clareza e firmeza nesse ponto: esses aparelhos entregam doses elevadas de nicotina e substâncias tóxicas diretamente nos pulmões em formação, o que favorece a dependência química precoce sob uma roupagem tecnológica que não deixa cheiro nem pista para os pais.

Outro ponto que exige nossa atenção imediata é o cenário da saúde mental. A pesquisa aponta que 19,8% dos estudantes relatam que a vida não vale a pena ser vivida e 23,4% apresentam sintomas de transtornos de ansiedade ou depressão. O dado é especialmente crítico entre as meninas: o percentual daquelas que sentem que a vida não vale a pena ou que experimentam tristeza profunda é quase o dobro em relação aos meninos. Esses indicadores são um alerta sobre o sofrimento psíquico enfrentado pelos jovens, reforçando a necessidade de políticas públicas e redes de apoio familiar que priorizem o bem-estar emocional nessa fase da vida.

A pesquisa também trouxe luz a questões de segurança e vulnerabilidade, revelando que o “bullying” saltou para 27,2% e ganha cada vez mais proporções globais com a divulgação rápida e ampla pela rede mundial de computadores, presente na maioria dos lares e também nas mãos dos jovens brasileiros. Os dados sobre violência doméstica são alarmantes: 20% dos jovens relatam ter sofrido violência física dentro de casa no último ano. Esses indicadores, junto aos casos de violência sexual, mostram que a escola e o lar precisam ser, mais do que nunca, espaços de escuta ativa, já que o isolamento e a irritabilidade excessiva muitas vezes são sintomas de traumas que a pesquisa agora quantifica em escala nacional.

Outra nota de esperança da pesquisa aponta que os adolescentes estão postergando a iniciação sexual e que há uma regulação maior na venda de alimentos ultraprocessados nas escolas. Isso mostra que políticas públicas e diálogos em família funcionam. O jovem de 2026 é mais conectado, sim, mas também está no centro de uma transição de hábitos que podemos moldar com informação de qualidade e presença afetiva.

Para nós, mães, pais, pediatras e educadores, o desafio é transformar esses números em ação. Não basta saber que o consumo de álcool caiu e o de cigarro eletrônico subiu. Não basta lamentar a tristeza das meninas; precisamos fortalecer sua autoestima contra algoritmos predatórios. A PeNSE aponta o caminho, cabe a nós, com leveza e firmeza para orientar, caminhar ao lado deles nessa travessia tão bonita e desafiadora que é a adolescência.